

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2008 (do Sr. Lobbe Neto)

Requer o apoio para a aprovação da PEC 277 / 2008 e funcionamento da Comissão Especial destinada a proferir parecer a proposta que acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o apoio para a aprovação da PEC 277 / 2008 e funcionamento da Comissão Especial destinada a proferir parecer a proposta que acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação de Receitas da União – DRU incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Desvinculação de Recursos da União - DRU foi criada como um importante instrumento de flexibilização do orçamento da União, permitindo que o Governo Federal aplique 20% de seu orçamento em outras prioridades que não as vinculadas constitucionalmente, como é o caso da educação. Essa medida foi importante para o desenvolvimento do País e o fortalecimento do novo modelo econômico implantado em 1994. Mas com o aumento significativo do orçamento da União nos últimos anos essa medida já não se faz mais essencial ao crescimento do País.

Estima-se que a educação ganhará cerca de R\$ 7 bilhões a mais por ano com o fim da DRU para a área. O setor educacional que já conseguiu a quase universalização do ensino fundamental conquistado com o extinto Fundef, com os importantes avanços obtidos a partir da aprovação do Fundeb e do piso salarial dos profissionais da educação, anseia agora pela qualidade. E para isso é necessário aumentar significativamente os investimentos públicos em educação.

Conforme documento assinado por diversas e relevantes entidades do setor educacional, hoje são aplicados cerca de 4% do Produto Interno Bruto brasileiro em

educação. O Plano Nacional de Educação, aprovado nesta Casa após importantes debates, previa um investimento de 7% do PIB para a educação, o que foi vetado à época e até hoje não apreciado pelos parlamentares. Conforme matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo no último dia 07 de novembro, o investimento direto do governo federal em educação aumentou em 27%, mas é preciso avançar no volume de recursos investidos na área em relação ao PIB. Os países que tiveram significativos avanços no setor educacional aumentaram significativamente seus investimentos no setor, como é o caso da Alemanha que elevou para 10% de seu PIB para investimento público em educação e pesquisa.

É urgente aprovar essa importante matéria já aprovada pelo Senado Federal. O tema é recorrente nesta Casa e já foi motivo de debates em diversas ocasiões como a da aprovação do Fundeb e da votação da extinta CPMF, além de outros projetos apresentados anteriormente. A educação brasileira precisa agregar esforços suprapartidários para garantir a melhoria do ensino oferecido às nossas crianças, jovens e adultos.

É nesse sentido que requeiro o apoio integral desta Comissão de Educação e Cultura, que historicamente sempre defendeu mais recursos para a educação. É veemente a necessidade de que a Comissão Especial seja constituída com a maior brevidade possível e que essa importante matéria seja aprovada.

Sala da Comissão, _____ de novembro de 2008

Deputado LOBBE NETO
Vice-líder PSDB / SP